A ESCOLA NO FLOW DAS REDES SOCIAIS:

juventudes e violências

THE SCHOOL IN THE FLOW OF SOCIAL NETWORKS:

youth and violence

Naomi André Cambará Barbosa[1]; Antonio Henrique Bernardes[2]

CITATION

Barbosa, N. A. C.; Bernardes, A. H. (2026). A escola no flow das redes sociais: juventudes e violências. *Video Journal of Social and Human Research,* 5(1), 21-39. http/doi.org/10.18817/vjshr.v5i1.92

SUBMITTED

13/03/2026

ACCEPTED

15/06/2026

PUBLISHED

27/11/2026

DOI

https://doi.org/10.18817/vjshr.v5i1.92

AUTHOR

1Mestra em Geografia. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCT/UNESP). E-mail: naomi.barbosa@unesp.br. ORCID: 0000-0001-6683-2422.

2Doutor em Geografia. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: antoniobernardes@ufscar.br. ORCID: 0000-0002-4996-7031.

RESUMO

Neste artigo discutimos como o ciberespaço é, também, espaço vivido, especialmente para os jovens, que estão entre aqueles que mais se relacionam virtualmente. A escola é um lugar privilegiado para observar essa dinâmica, pois a experiência escolar não termina quando eles passam pelo portão de saída. Pelo contrário, ela continua nas interações que se prolongam nas redes sociais. A ambiguidade das relações virtuais chama atenção, pois ao mesmo tempo em que as redes acolhem, criando vínculos de pertencimento, elas também podem favorecer a circulação de discursos de ódio, intolerâncias e diferentes formas de violência. Nesse contexto, muitos conflitos não aparecem apenas como reações individuais, mas como processos que se constroem coletivamente nas interações virtuais, já que as redes sociais têm um caráter público, coletivo e altamente interativo. Casos como o ataque à escola na cidade de Monte Mor mostram que esses episódios não surgem de forma repentina, mas são cultivados na circulação constante entre o "pátio" e a "timeline". Por isso, hoje já não faz sentido separar o presencial e o virtual. Entender essa indissociabilidade é fundamental para enfrentar a violência escolar de maneira mais profunda e responsável.

Palavras-chave: Ciberespaço; Espaço Escolar; Bullying; Ciberbullying; Radicalização.

ABSTRACT

In this article, we discuss how cyberspace has also become a lived space, especially for young people, who constantly move between physical and virtual. The school is a privileged place to observe this dynamic, since the school experience does not end when students leave the school gates. It continues on social media, where identities are constructed and conflicts can intensify. This ambivalence of virtual relationships is striking: while networks can provide support, create bonds, and foster a sense of belonging, they can also facilitate the circulation of hate speech, intolerance, and different forms of violence. In this context, many conflicts do not appear merely as individual reactions, but as processes collectively constructed through online interactions, given the public, collective, and highly interactive

nature of social media. Cases such as the attack on a school in the Monte Mor city show that these episodes do not arise suddenly, rather, they are cultivated through the constant circulation between the “schoolyard” and the “timeline.” The main conclusion is that it no longer makes sense to separate the real world from the digital one, and understanding this continuity is essential for addressing school violence in a deeper and more responsible way.

Keywords: Cyberspace; School Space; Bullying; Cyberbullying;

INTRODUÇÃO

Hoje, a experiência escolar não termina quando o sinal toca. Ela continua nas telas dos telefones celulares que os estudantes carregam no bolso. O que acontece na sala de aula, no corredor ou no pátio não fica ali. Vai para o WhatsApp, para o Instagram, para o TikTok, volta em forma de comentário, meme e exposições. Para muitos jovens, o virtual não é um “outro mundo”, mas é o próprio espaço vivido. Escola e redes sociais se sobrepõem.

Segundo a pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024 (Cetic.br, 2024), 83% das crianças e adolescentes que usam internet no país têm perfil em redes sociais. Entre 15 e 17 anos, esse número chega a 99% (Silva, 2026). Ou seja, quase todos estão conectados. Não há dois mundos separados. Há uma experiência contínua entre quem vive intensamente o ciberespaço e quem frequenta diariamente a escola.

Por um lado, as redes sociais podem oferecer aos jovens sentimentos de pertencimento, acolhimento e espaços de expressão, algo que nem sempre a escola e outros espaços conseguem proporcionar. Em muitos casos, essas comunidades virtuais funcionam como meio em que os jovens encontram pares com interesses semelhantes, compartilham experiências, expressam opiniões e constroem identidades. Essa possibilidade de reconhecimento e visibilidade pode fortalecer vínculos e produzir comunidades de afinidade que atravessam fronteiras físicas e institucionais.

Por outro lado, essas mesmas comunidades podem se transformar em arenas de radicalização, em que ressentimentos se fortalecem e discursos de ódio passam a ser naturalizados. A rapidez com que as mensagens circulam, a ampla visibilidade das publicações e a possibilidade de formação de grupos por afinidade fazem com que conflitos ganhem escala e intensidade com facilidade.

É por isso que conflitos que antes se limitavam a determinados momentos ou espaços da vida escolar passam a acompanhar os jovens para além da escola, atravessando diferentes comunidades e ambientes digitais, reforçando dinâmicas de humilhação, perseguição e exclusão. Um exemplo concreto disso é o *bullying*, que antes ficava mais restrito ao espaço escolar

e aos encontros presenciais, mas que ganhou novas proporções com o *cyberbullying* e com a circulação ampliada de discursos de ódio nas redes sociais.

O *bullying* e o *cyberbullying* aparecem como alguns dos principais fatores por trás de ataques violentos ocorridos em escolas nos últimos anos. Entre 2001 e 2023, o Brasil registrou 37 episódios desse tipo. Em muitos casos, houve algum tipo de articulação ou influência de comunidades virtuais. Além disso, vários desses ataques estiveram ligados ao sentimento de vingança associado as experiências de *bullying* e *cyberbullying* vividas pelos agressores.

É nesse ponto que este estudo se insere. O que está em jogo não é apenas o uso das redes sociais pelos jovens, mas a relação estrutural entre escola e ciberespaço. A violência que aparece de forma extrema no ambiente escolar não nasce ali do nada. Ela é cultivada na circulação constante entre o presencial e o virtual, entre experiências de violência vividas na escola e formas de acolhimento e reconhecimento buscadas nas telas.

Compreender os processos de radicalização juvenil exige olhar para essa inseparabilidade. Não se trata de separar escola e internet, mas de entender como elas se entrelaçam. Os ataques extremistas são o estágio mais visível de algo que já vinha sendo construído nesse fluxo permanente entre corpos e dispositivos, entre pátio e timeline. O presente artigo apresenta a análise dos resultados de um estudo de caso já concluído, tendo como espaço de investigação a Escola Estadual Professor Antônio Sproesser, situada no município de Monte Mor, Estado de São Paulo. A pesquisa teve por objetivo verificar se as práticas de bullying e cyberbullying atuam como fatores de influência direta na ocorrência de massacres escolares, tomando como referência empírica o evento violento registrado na referida instituição de ensino.

ESPAÇOS EM TELA: juventudes e ciberespaço

Quando o sinal toca: entre o pátio da escola e as redes sociais

O sinal toca e os portões da escola se abrem. As calçadas logo se enchem de estudantes que se espalham pelas ruas. Enquanto uns caminham em direção ao ponto de ônibus, outros atravessam a rua e alguns param na esquina para esperar os pais. O barulho dos carros, os vendedores ambulantes e o trânsito apressado compõem a paisagem. No meio desse frenesi, quase todos seguram um telefone celular nas mãos.

As conversas que foram iniciadas na sala e corredores continuam nas telas. Uma

brincadeira vira meme antes mesmo de cada um chegar em casa. O trajeto até o ponto de ônibus, a caminhada pelo bairro ou a espera no carro dos pais são atravessados por notificações, vídeos e comentários. A aula terminou, mas as relações seguem circulando entre as calçadas e as redes.

Com um olhar um pouco mais atendo percebemos que não se trata de um grupo uniforme de adolescentes que saíram pelo portão da escola. Há grupos. São jovens, com nomes, histórias, bairros de origem, estilos e pertencimentos distintos. No pátio, se formam rodas que revelam identidades. O grupo que conversa sobre o campeonato de futebol do fim de semana, aqueles que trocam referências de séries das plataformas de streaming, os que comentam sobre jogos online e os que se reconhecem nas pautas ambientais ou nas discussões sobre gênero e diversidade. Há quem transite entre vários grupos e quem se sinta pertencente a apenas um. Essas identidades aparecem no modo de vestir, na linguagem, nas músicas que compartilham e nos temas que defendem.

Quando o sinal de saída tocou, os grupos do pátio viraram os grupos de WhatsApp. As conversas presenciais continuam nas redes, ganham novos participantes, novos comentários, novos sentidos. No outro dia, essas mesmas identidades retornam ao espaço escolar já atravessadas pelo que circulou nas telas. Elas se manifestam em presença, se articulam no virtual e voltam a se expressar no presencial, cada grupo produzindo seus próprios modos de ser, pertencer e existir no espaço escolar.

A indissociabilidade entre os presencial e o virtual aprofundou as referências sociais, culturais e espaciais dos jovens e, por isso, atualmente faz ainda mais sentido falar em “juventudes”. Como afirmam Dayrell e Carrano (2014): “não podemos trabalhar com a noção de que existe uma juventude, pois são muitas as formas de ser e de se experimentar o tempo da juventude. Assim, digamos juventudes” (p.104). Como não há uma única forma de juventude (Cavalcanti, 2013), também devemos considerar que há diferentes formas de habitar (Heidegger, 2011) e significar os espaços pelos jovens. A emergência de novas culturas juvenis, por exemplo, implica novas formas de circulação, encontro e identificação. Isso pode significar novas centralidades urbanas, novas territorialidades simbólicas, novos usos da escola, da praça e hoje, também, das redes sociais.

Juventudes entrelaçadas entre redes e espaços

Tomemos como exemplo um grupo de estudantes que se identifica com o Rap e as batalhas de rima. Eles escolhem um

canto específico da praça, talvez sob uma marquise ou próximo a um muro grafitado, onde o som ecoa melhor e a circulação de pessoas garante público. Aquele ponto, antes apenas um espaço de passagem, passa a ser reconhecido como “o lugar da batalha”. O espaço condiciona a prática e sua acústica, visibilidade e localização influenciam o encontro. Mas a prática também condiciona o espaço, pois o grafite se multiplica, os horários se estabilizam, o lugar ganha nome e reconhecimento. Ao mesmo tempo, vídeos das batalhas circulam nas redes sociais, ampliando essa territorialidade simbólica. A praça, a escola e a rede se entrelaçam. Assim, as culturas juvenis produzem novas espacialidades, mas também são moldadas pelas condições materiais, simbólicas e sociais dos lugares que ocupam.

O que queremos dizer é que a juventude não é apenas uma fase da vida marcada pela idade. Ela é vivida dentro de um tempo histórico específico e é atravessada pelas relações sociais e espaciais que os jovens constroem no cotidiano (Dayrell & Carrano, 2014). Ao mesmo tempo em que os jovens são influenciados pelo momento em que vivem, também ajudam a transformá-lo. Juventude, tempo histórico e espaço se constroem juntos.

Quando mudam as formas de organização da sociedade, mudam também os modos de ocupar a cidade, a escola, a rua, a casa e, hoje, as redes sociais. Quando se alteram as relações de poder, mudam também os lugares de visibilidade, de exclusão e de pertencimento. Os espaços que antes eram centrais podem perder força e outros surgem como pontos de encontro, de identificação ou de conflito.

À medida que a sociedade se transforma, transformam-se também as espacialidades juvenis. Mudam os lugares onde os jovens se encontram, os modos como constroem vínculos e até as fronteiras entre público e privado, entre o que é presencial e o que é virtual. O espaço não é apenas um reflexo das transformações sociais, ele é constituinte e constituído, incorporando tensões e produzindo possibilidades.

Por isso, concordamos com Massey (2008) quando ela entende o espaço como: “[...] esfera da possibilidade da existência da multiplicidade [...]” (p.28). Essa ideia ajuda a compreender as relações sociais contemporâneas, pois o espaço é feito de diferenças, encontros e disputas. Ele não é fixo, mas plural. Como lembra Dardel (2011), “[...] o espaço geográfico é feito de espaços diferenciados. O relevo, o céu, a flora, a mão do homem dão a cada lugar uma singularidade em seu aspecto. O espaço geográfico é único; ele tem nome próprio: Paris, Champagne, Saara, Mediterrâneo”

(p.2). Em outras palavras, cada espaço carrega sua própria marca.

Nesse sentido, não podemos ignorar que uma das marcas atuais do espaço geográfico é o fato de ele ser mediado pelas relações virtuais, ou seja, aquilo que tem se denominado de ciberespaço (Bernardes, 2020). Se antes ele foi visto como algo separado, hoje entendemos que ele faz parte das experiências vividas tanto quanto as relações presenciais (Bernardes, 2021; Santaella, 2004; Wertheim, 2001). A virtualidade não é um "outro mundo", mas é parte da vida. As relações sociais não acontecem apenas presencialmente e sim elas também se constroem nas redes sociais, ampliando as formas de sociabilidade. É nesse movimento que novas formas de perceber o mundo, de sentir pertencimento e de construir identidades vão sendo também produzidas.

Percebemos que mesmo com a mediação eletrônica os espaços continuam carregando simbolismos intensos. Praças, ruas, esquinas e demais espaços públicos sempre foram lugares de encontro, reconhecimento e construção de pertencimento. A diferença é que hoje essa dimensão simbólica também se manifesta pelo ciberespaço, que se consolida como meio de comunicação e de produção de sociabilidades, reforçando e ampliando esses significados (Bernardes et al., 2023). As redes sociais não apenas conectam pessoas, elas expandem territorialmente as relações, muitas vezes ultrapassando limites de língua, país ou fuso horário, criando novas formas de proximidade.

As comunidades virtuais passam, assim, a funcionar como meios de construção de sentido. Entre internautas mais ativos estão os jovens, que compartilham interesses, referências culturais, posicionamentos e modos de ver o mundo. Ao publicar, comentar e interagir, expressam uma parcela do espaço e produzem novas territorialidades simbólicas. Como lembra Bauman (2003), comunidade é uma palavra carregada de significados e sensações. No meio virtual, o jovem pode experimentar pertencimento, acolhimento e reconhecimento, formando redes de identificação que atravessam o cotidiano presencial e retornam a ele, reforçando laços e identidades.

É importante lembrar que comunidade não é apenas afeto ou acolhimento, ela também organiza normas, valores, expectativas e formas de pertencimento. Toda comunidade estabelece códigos, define quem está dentro e quem está fora, influencia comportamentos e produz referências compartilhadas. De Santana (2009) destaca que as mídias digitais intensificam as trocas de experiências e aceleram processos que impactam profundamente os sujeitos,

moldando percepções, práticas e modos de interação.

Nesse sentido, a virtualidade não rompe com o espaço geográfico e sim lhe atribui novas camadas de significado. Ela não substitui o mundo presencial, mas reconfigura as formas de produzir espacialidades. Os jovens, que transitam com fluidez entre o presencial e o virtual, são aqueles que mais percebem, concebem e vivem essas transformações. Ao circular entre o pátio, a rua e as redes sociais, redefinem modos de ser e estar no mundo, assumindo papel central na construção dessas novas dinâmicas.

Mais do que descrever o espaço, se trata de interpretá-lo à luz dessas mudanças. As virtualidades não estão fora da geografia (Dardel, 2011), elas integram as formas contemporâneas de viver, ocupar e produzir espaço. Juventudes, espaço e ciberespaço não são esferas separadas, mas dimensões que se entrelaçam na experiência atual, compondo um mesmo tecido de relações, sentidos e práticas.

REDES SOCIAIS, PERTENCIMENTO E RADICALIZAÇÃO JUVENIL

Entre pertencimentos e violências

Na seção anterior vimos como os jovens constroem pertencimentos e ressignificam o espaço geográfico. Utilizamos como exemplo o movimento entre o pátio da escola e as telas. No entanto, é preciso reconhecer que esses mesmos ambientes também produzem tensões. Ao ser e estar em um espaço geográfico específico, seja a escola, a praça ou a rede social, o jovem não chega “do zero”. Ele não é uma tábula rasa, e o espaço geográfico também não é. O jovem carrega experiências de outros lugares, vivências anteriores, conflitos, expectativas e frustrações. Do mesmo modo, o próprio espaço é atravessado por histórias, memórias e disputas. Assim, tanto o sujeito quanto o espaço são constituídos por histórias e intencionalidades e, ao se encontrarem, passam a se influenciar mutuamente, produzindo novas relações, sentidos e, muitas vezes, novos conflitos.

Como já discutido, comunidades se formam em torno de interesses comuns. Contudo, essas comunidades também não são neutras. As relações juvenis são mediadas por sistemas sociais mais amplos e as transformações culturais tornam suas espacialidades e culturalidades mais visíveis (Novaes, 2007). As juventudes constroem identidades por meio das relações interpessoais e das representações simbólicas que compartilham (Abramo, 1997). Ao desenvolverem suas próprias territorialidades (Feixa, 1999), produzem novos territórios simbólicos e materiais (Oliveira, 2021).

No entanto, essas mesmas dinâmicas que produzem pertencimento também podem produzir violências. As redes sociais, enquanto meios de ampliação das interações, se tornam igualmente meios em que os conflitos se intensificam. Nos últimos anos pudemos observar o crescimento de ataques violentos articulados ou mediados por plataformas digitais. A violência passa a ser utilizada como instrumento para lidar com frustrações, disputas identitárias e sentimentos de não pertencimento.

A violência não é um fenômeno isolado, ela se manifesta nos ambientes que habitamos e se adapta às suas condições (Arendt, 1970). Pode emergir associada à raiva, ao ressentimento ou à busca por reconhecimento, se projetando como tentativa de transformar o espaço vivido. O processo de autoafirmação juvenil pode ser atravessado por discursos que desencadeiam ações violentas contra terceiros, muitas vezes como forma de afirmar um ideal ou reagir a experiências de hostilidade e insegurança (Barbosa, 2025).

Pelo ciberespaço, essas dinâmicas encontram novas formas de circulação. Relatório coordenado por Vinha (2023) aponta que interações antes restritas a ambientes menos visíveis passam a se objetivar abertamente nas redes sociais. Conteúdos de ódio não permanecem limitados a espaços como a deep web e sim se tornam acessíveis por meio de buscas simples em redes sociais populares, ampliando o alcance e a exposição precoce a discursos extremistas.

Esses discursos se reproduzem, encontram eco e formam comunidades que sustentam e legitimam práticas violentas (Vinha, 2023). Assim, as espacialidades juvenis não são apenas lugares de encontro e pertencimento, mas também podem ser arenas de disputa simbólica e ideológica. O mesmo espaço que acolhe pode excluir e o mesmo grupo que fortalece pode radicalizar.

Dessa forma, compreender as juventudes contemporâneas exige reconhecer essa ambivalência: os espaços em tela são simultaneamente de construção identitária e campos de tensão. Entre pertencimentos e violências, as juventudes seguem produzindo sociabilidades que revelam tanto possibilidades de convivência quanto riscos de radicalização.

Redes que reverberam conflitos: uma possibilidade investigativa

Não há muita dúvida de que as espacialidades que produzimos socialmente são atravessadas tanto por pertencimentos quanto por tensões. Isso se torna ainda mais evidente quando falamos das juventudes, justamente porque esse é um período marcado pela afirmação identitária, pela busca por reconhecimento e pela necessidade de se sentir parte de algum

grupo. O jovem está constantemente tentando entender quem é, com quem se identifica e qual é o seu lugar no mundo.

Com as relações mediadas virtualmente, esses processos não apenas continuam, mas se intensificam e se ampliam. As próprias características das redes sociais (como a rapidez na circulação de informações, a visibilidade constante, a possibilidade de interação com muitos ao mesmo tempo e a formação de comunidades por afinidade) potencializam tanto os laços de pertencimento quanto os conflitos. O que antes ficava restrito a um grupo pequeno pode ganhar grande alcance, e sentimentos como identificação, frustração ou ressentimento encontram guarida para se expandir e se organizar de maneira muito mais rápida.

É justamente nesse ponto que observamos um desdobramento mais extremo dessas dinâmicas, a saber: a organização da violência mediada pelo ciberespaço. Não se trata apenas de ameaças isoladas feitas por sujeitos em momentos de raiva, mas de processos de articulação que encontram nas redes sociais um meio favorável para circular ideias, validar discursos e, em alguns casos, planejar ações.

Visibilidade, conexão rápida entre pessoas com interesses semelhantes e a possibilidade de formar grupos relativamente fechados, em que determinados discursos se reforçam mutuamente, são elementos decisivos oferecidos pelas plataformas digitais. O que começa como um comentário agressivo pode ganhar apoio, virar piada interna, depois narrativa compartilhada e, em situações mais graves, se transformar em incentivo à ação concreta. A repetição constante desses conteúdos cria uma sensação de normalização.

A violência deixa de ser apenas uma reação individual e passa a ser construída coletivamente, em uma dinâmica marcada pela presença-ausência que caracteriza o ciberespaço (Bernardes, 2020). O sujeito está fisicamente ausente do outro, mas sua presença é conjecturada pela interação mediada pela tela. Ele escreve, posta, comenta e recebe respostas quase imediatas. Mesmo sem o corpo do outro ali diante dele, há reconhecimento, há eco, há validação. O pertencimento ao grupo funciona como reforço simbólico e o jovem sente que não está sozinho, que suas frustrações encontram acolhida e que suas ideias ganham sustentação.

Essa presença-ausência intensifica o processo, porque reduz barreiras e amplia a sensação de comunidade. A validação coletiva, ainda que mediada, cria laços. É nesse movimento que certos discursos ultrapassam o campo da fala e passam a se estruturar como prática. Até porque essa exposição à conteúdos que promovem a violência, instiga que haja uma organização

para colocar em prática aquilo que é pregado.

Um exemplo claro dessa organização mediada pelas redes sociais ocorreu no dia 20 de abril de 2023, quando diversos perfis e grupos, em diferentes plataformas digitais, passaram a divulgar ameaças de ataques e massacres contra escolas em várias regiões do Brasil. As publicações se espalharam rapidamente, gerando um clima de medo e insegurança que ultrapassou o ambiente virtual e impactou diretamente o cotidiano escolar.

Diante da possibilidade de que essas ameaças se concretizassem, muitas escolas optaram por suspender as aulas, alegando preocupação com a segurança de estudantes e funcionários. Autoridades públicas também se manifestaram, demonstrando apreensão frente ao volume de ameaças direcionadas a instituições específicas por meio das redes sociais. Segundo reportagem publicada pelo UOL (Cavalcante, 2023), o Telegram entrou em conflito com o Ministério da Justiça em relação ao fornecimento de dados, afirmando não ter sido notificado em tempo hábil. A pressão sobre a plataforma foi justificada pela facilidade de criação de canais com milhares de participantes e pela gravidade do conteúdo compartilhado. Outras redes, como Facebook e TikTok, também foram notificadas a colaborar com informações que pudessem ajudar na prevenção de novos ataques.

Essas práticas discriminatórias circulam entre a escola e as redes sociais, mostrando que a violência atravessa o presencial e o virtual. Se antes muitas manifestações intolerantes ficavam restritas ao ciberespaço, muitas vezes protegidas pelo anonimato, hoje elas ultrapassam esse limite e se tornam visíveis também no cotidiano escolar, como aponta Vinha (2023) ao analisar a propagação da violência por meio das interações virtuais.

A violência acompanha as transformações sociais e assume novas formas nas relações entre os sujeitos. Hoje, ela se manifesta também nas redes sociais, onde discursos de ódio, ideologias extremistas e ameaças circulam com facilidade, ampliando seus efeitos e modificando os modos de sociabilidade (Castells, 2003).

Para o estudo de caso da Escola Estadual Antônio Sproesser, delineou-se uma metodologia voltada à análise de redes sociais virtuais, composta por duas abordagens qualitativas: a etnografia virtual e a netnografia. Ambas foram selecionadas por sua adequação à extração e análise de dados em ambientes digitais, alinhando-se aos objetivos da pesquisa.

A netnografia, conforme Kozinets (2002), constitui uma derivação da etnografia tradicional, adaptada às interações

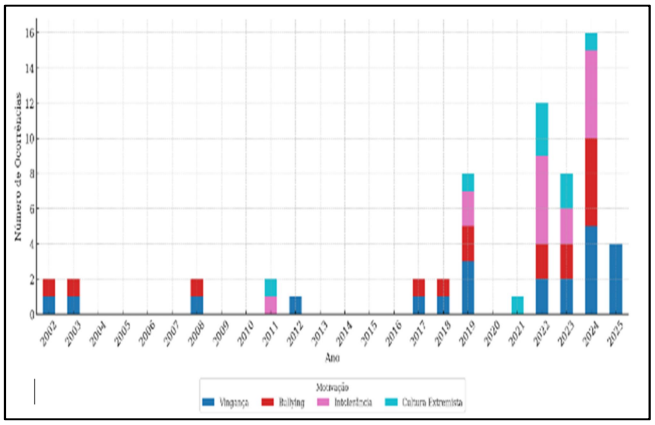
mediadas por redes sociais virtuais. Bernardes (2012), por sua vez, assinala que as dinâmicas sociais emergentes nesses espaços, especialmente entre jovens em idade escolar, são passíveis de múltiplas abordagens interpretativas e analíticas.

Quando a radicalização chega à escola: o caso da Escola Estadual Antônio Sproesser

Essa dinâmica que descrevemos ajuda a entender o avanço recente da violência em contextos escolares. Entre 2001 e 2023, ocorreram 37 ataques a escolas no Brasil, com 164 vítimas (115 feridos e 49 mortos) segundo estudo do Ministério da Educação, por meio do Grupo de Trabalho de Especialistas em Violências nas Escolas. O *bullying* e a intolerância aparecem como fatores recorrentes nesses casos. O relatório coordenado por Vinha (2023), Ataques de violência extrema em escolas no Brasil, aponta o crescimento do extremismo mediado pelas virtualidades como uma das principais causas desse aumento.

Figura 1

Principais motivações para os ataques violentos em escolas brasileiras



Nota: Extra Globo, 2023; BBC, 2021; G1 Globo Paraíba, 2012; G1 Globo Oeste-Sudoeste, 2018; Metrópoles, 2019; UOL Tilt, 2019; Gaúcha ZH, 2019; O Tempo, 2023; Gaúcha ZH, 2022; Bahia BA, 2023; O Globo, 2022; Correio 24 Horas, 2022; UOL Notícias, 2025. Elaboração de NotebookLM com organização de Bernardes, 2025.

Não estamos falando apenas de novas formas de violência, mas da maneira como as relações virtuais facilitam sua circulação e reprodução. Os discursos de ódio se espalham com rapidez nas redes sociais e muitas vezes se escondem sob o argumento da “liberdade de expressão”. O que se observa é uma espécie de epidemia discursiva: ideias violentas passam a ser justificadas como opinião e o ataque ao outro é tratado como posicionamento legítimo.

Esses discursos atingem grupos minoritários e muitas vezes encontram guarida nas próprias plataformas digitais. Não há intenção de diálogo, mas de ataque,

exposição e humilhação pública. A lógica não é argumentar, mas atingir.

É importante lembrar que essas plataformas pertencem a empresas privadas, cujos dirigentes possuem ideologias e interesses próprios. Durante muito tempo, essa influência era mais sutil. Hoje, se tornou mais visível, especialmente quando discursos de ódio passam a ser defendidos sob o rótulo de liberdade de expressão.

As motivações para os ataques são diversas, mas muitos deles possuem forte base ideológica. Quando falamos em ações realizadas "em grupo", não significa necessariamente presença física conjunta, mas articulação pelas redes sociais. Carvalho (2012) destaca que as interações nas comunidades virtuais ocorrem por meio da multimodalidade e da versatilidade desses ambientes. Mesmo digitais, esses grupos mantêm características de comunidade, pois compartilham espaço simbólico, linguagem própria e objetivos comuns. Ódio e extremismo aparecem com frequência nesses contextos.

As escolas estão no centro dessas dinâmicas. Isso ocorre porque os sujeitos que mais utilizam as redes sociais são justamente os jovens e grande parte desses jovens está em idade escolar, frequentando diariamente salas de aula, pátios, corredores e demais espaços educativos. Ou seja, há uma sobreposição direta entre quem se relaciona intensamente pelo ciberespaço e quem ocupa o espaço escolar. Não se trata de dois universos distintos, mas de uma mesma experiência vivida.

Essa relação faz com que o que circula nas redes retorne à escola e o que acontece na escola reverbere nas redes. Conflitos iniciados presencialmente ganham continuidade no ambiente virtual; discursos radicalizados online podem ser trazidos para dentro da sala de aula; situações de violência vividas na escola encontram eco em comunidades digitais. Compreender os ataques escolares, portanto, exige entender essa continuidade entre presença e virtualidade, entre cotidiano escolar e circulação digital de discursos e ideologias. É aí que o *bullying* se intensifica nesse contexto, utilizando principalmente a linguagem como instrumento de agressão.

Rodrigues (2012) chama atenção para o fato de que o jovem que sofre agressões passa a enxergar o mundo como um lugar mais hostil. Ao mesmo tempo, muitas escolas ainda não têm instrumentos suficientes para lidar com disputas de poder, exclusões e conflitos que se acumulam no cotidiano. Quando essa resposta institucional falha ou é percebida como insuficiente, o sentimento de abandono pode crescer e pode abrir espaço para reações mais radicais.

Nesse cenário, as redes sociais passam a funcionar como meio de desabafo e de busca por reconhecimento. O jovem

que não se sente ouvido na escola encontra nas redes um meio em que pode falar, reclamar e compartilhar sua insatisfação. O problema é que esse mesmo espaço também pode normalizar discursos violentos. Em algumas comunidades digitais, massacres deixam de ser vistos como tragédias e passam a ser tratados como atos de revanche ou demonstração de força. A sensação de não pertencimento no espaço escolar leva alguns sujeitos a buscar acolhimento nesses grupos virtuais. Ali, encontram identificação, validação e, em situações mais graves, orientações que reforçam a radicalização.

No contexto da Escola Estadual Prof. Antônio Sproesser localizada em Monte Mor (Região Metropolitana de Campinas (RMC), registrou-se um incidente de violência escolar perpetrado por um egresso da instituição, o qual promoveu situação de pânico coletivo entre mais de trezentos indivíduos, incluindo discentes e funcionários, por meio da exibição de força física e intimidação armada. Conforme comunicado oficial da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP), o artefato explosivo utilizado detonou no interior de um vaso sanitário, sem, contudo, ocasionar vítimas ou danos corporais. No momento da abordagem, foram apreendidos, em posse do agente, uma machadinha e, em sua residência, uma réplica de arma de fogo do tipo airsoft e materiais simbólicos associados à ideologia nazista, os quais integram o conjunto de elementos indiciários para a investigação do caso.

Bourdieu (2016) ajuda a entender esse processo ao falar da violência simbólica, aquela que não aparece necessariamente como agressão física, mas que opera por meio da linguagem, dos rótulos e do reconhecimento de certos discursos. É a violência que humilha, que exclui e que inferioriza, muitas vezes de forma repetida e naturalizada. A escola pode se tornar palco dessa violência simbólica e, em alguns casos, também o lugar onde ela acaba se materializando.

O ambiente escolar contemporâneo, caracterizado por acentuada polarização sociocultural, incorpora simbolismos que estabelecem interfaces com a violência e atuam como vetores de influência sobre o imaginário coletivo. Nesse cenário, o processo de construção identitária dos sujeitos encontra-se condicionado por códigos sociais internalizados no cotidiano institucional. Os discursos de ódio que ali circulam são apropriados e ressignificados como mecanismos de legitimação simbólica, servindo, no caso em análise, como recurso justificador para a prática de atos violentos por parte do agressor.

No evento investigado, o autor, embora em idade escolar à época dos fatos, não mais pertencia ao corpo discente da

instituição atacada, encontrando-se vinculado a outra unidade de ensino. Em depoimento prestado à Polícia Civil, o agente relatou ter sido vítima de práticas de *bullying* no ambiente escolar pretérito e afirmou haver recorrido à *deep web*[1] e a plataformas de redes sociais não especificadas na divulgação oficial, nas quais obteve orientações para a consumação do atentado. O planejamento da ação estendeu-se por um período aproximado de três anos, configurando-se, segundo seu relato, como ato de retaliação contra o local onde teria sofrido as agressões interpessoais. O jovem atuou de modo isolado, sem indícios de participação de terceiros, e as imagens do ocorrido foram amplamente disseminadas em redes sociais virtuais, potencializando a repercussão do evento. Após a apreensão, o adolescente foi encaminhado à Fundação CASA, unidade localizada no município de Campinas (SP), em proximidade geográfica com a cidade onde se deu o atentado.

As informações aqui sistematizadas foram extraídas de reportagens veiculadas pela mídia jornalística, especificamente do portal de notícias G1 (Grupo Globo). Destaca-se, contudo, a impossibilidade de acesso ao inquérito policial e ao processo judicial correspondentes, uma vez que, por envolverem o autor e a maioria das vítimas na condição de menores de idade, ambos os procedimentos tramitaram sob segredo de justiça, restringindo, portanto, o escopo da análise aos dados publicamente disponíveis.

Bozza e Vinha (2023) mostram que, quando a escola passa a ser percebida como espaço de sofrimento, ela pode ganhar um significado negativo para o jovem, chegando a ser vista como cenário ideal para uma possível vingança. Aí aparece um paradoxo importante, pois o ciberespaço amplia o *bullying* e os discursos de ódio, mas ao mesmo tempo é visto por alguns como meio de acolhimento. O mesmo meio que intensifica a exclusão pode funcionar como refúgio. É nessa tensão que se constroem trajetórias ambíguas, marcadas ao mesmo tempo por busca de pertencimento e por risco de radicalização.

A violência como performance e busca por reconhecimento

Outro ponto que não podemos desconsiderar é que as redes sociais são meios de representação e performatividade. Nelas, os sujeitos não apenas se comunicam, mas constroem imagens de si, encenam identidades e buscam reconhecimento. O que se posta, o que se comenta e o modo como se aparece ali não

[1] Parte da internet não indexada pelos mecanismos de busca convencionais, a deep web abriga, em seu interior, a dark web, espaço caracterizado pela presença de atividades ilícitas, embora a deep web como um todo contenha majoritariamente conteúdos legais.

são neutros, são formas de se afirmar diante de um público.

Nesse contexto, ganha força a questão da performatividade das masculinidades quando nos referimos a violência. Em muitos casos, os autores de ataques, de acordo com Maia (2025) são: “homens jovens, com dificuldade de inserção social, ressentimento em relação à sociedade e acesso a armas. Antes dos ataques, muitas vezes, fazem postagens públicas que antecipam suas ações, buscando reconhecimento” (p.47).

Isso revela que a violência não aparece apenas como explosão impulsiva, mas como performance. Ela é anunciada, insinuada e construída simbolicamente antes de se concretizar. O ataque passa a ser visto como demonstração de poder, de força e de virilidade. A lógica é a da afirmação: provar algo para os outros e conquistar visibilidade para sair da condição de invisibilidade ou fracasso.

Nas comunidades virtuais essa lógica encontra terreno fértil. Há validação, incentivo indireto, curtidas e comentários que reforçam a narrativa de que a violência é forma legítima de resposta. Mesmo quando o ato é realizado individualmente, o sujeito não está isolado do ponto de vista simbólico. Ele consumiu conteúdos, participou de fóruns, compartilhou memes e recebeu sinais de aprovação. A radicalização, nesse sentido, é construída na interação, sendo coletiva antes de ser individual.

UM CASO PARA AMARRAR AS IDEIAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme fomos desenrolando as interpretações percebemos que a violência, em muitos desses episódios, aparece como forma de afirmação. Não é apenas explosão de raiva, mas tentativa de demonstrar poder, visibilidade e reconhecimento. Por exemplo, no ano de 2023, na cidade de Monte Mor, houve um ataque à Escola Estadual Antônio Sproesser. O jovem responsável não agiu a partir de um impulso isolado. Ele vinha acumulando experiências de *bullying* e conflitos no espaço escolar.

No caso de Monte Mor, a violência foi gestada nessa circulação entre pátio e timeline. A dor vivida presencialmente encontrava eco em comunidades virtuais onde discursos extremistas, símbolos de ódio e narrativas de vingança eram compartilhados e reforçados. A escola passou a ser percebida pelo agressor como espaço de opressão, uma topofobia (Tuan, 1983), enquanto as comunidades digitais funcionavam como lugar de pertencimento, ainda que ancorado na radicalização.

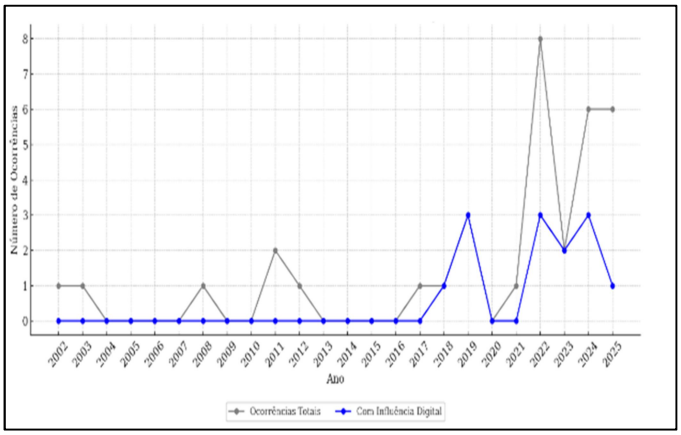
Ao mesmo tempo, esse jovem, buscava nas redes sociais e em fóruns online referências que alimentavam seu

ressentimento e orientavam sua ação. O ataque foi também performance porque ele anunciou dias antes que o faria, na tentativa de transformar invisibilidade em notoriedade. O ataque físico foi apenas o momento visível de um processo que já vinha sendo cultivado no meio virtual. Ele materializou uma dinâmica que não começou naquele dia, nem exclusivamente dentro da escola.

Com isso percebemos que a escola não está fora dessas dinâmicas. Pelo contrário, ela está no centro delas. Os jovens que utilizam redes sociais são os mesmos que frequentam diariamente salas de aula, pátios e corredores. O que circula nas telas retorna ao espaço escolar, e o que acontece na escola reverbera nas redes. A Figura 2 ajuda a compreender essa transformação.

Figura 2

Ataques violentos em escolas brasileiras e ocorrências com influência digital



Nota: Extra Globo, 2023; BBC, 2021; G1 Globo Paraíba, 2012; G1 Globo Oeste-Sudoeste, 2018; Metrópoles, 2019; UOL Tilt, 2019; Gaúcha ZH, 2019; O Tempo, 2023; Gaúcha ZH, 2022; Bahia BA, 2023; O Globo, 2022; Correio 24 Horas, 2022; UOL Notícias, 2025. Elaboração de NotebookLM e organização de Bernardes, 2025.

Percebemos que ao longo dos anos, cresceu não apenas o número de ataques, mas principalmente os casos com indícios de influência ou articulação virtual. Isso indica que muitos episódios não nascem apenas de conflitos presenciais. Eles ganham forma, incentivo e organização nas redes sociais.

No caso de Monte Mor, as investigações apontaram o uso de plataformas como X (antigo Twitter) e Discord em busca de orientações sobre como executar o ataque. As redes funcionaram como meio de orientação, circulação de conteúdos e validação simbólica. Ali se encontram materiais que ensinam, incentivam e até detalham como estruturar ataques.

O *bullying*, que já é um problema central no espaço escolar, quando levado para as redes, ganha visibilidade e apoio. O que era conflito local se amplia, se organiza e encontra eco em grupos que reforçam ressentimentos. A violência deixa de ser apenas reação individual e passa a ser construída coletivamente, ainda que o ato final seja executado por um único sujeito.

As redes, no entanto, não são apenas espaços de ódio. Elas são ambíguas. Para muitos jovens, elas oferecem acolhimento, reconhecimento e

sensação de pertencimento, algo que nem sempre encontram na escola. Permitem formar grupos, compartilhar experiências e construir identidades coletivas. Como lembra Bauman (2003), somos seres sociais e buscamos segurança.

O problema é que esse mesmo sentimento de pertencimento pode ser direcionado para a radicalização. O que funciona como "lugar seguro" pode, dependendo das normas do grupo, reforçar ressentimentos e legitimar práticas destrutivas. São dois lados da mesma moeda.

Muitos ataques estão relacionados a experiências de violência, *bullying* e *cyberbullying*, mas esses fatores, sozinhos, não explicam tudo. O que se percebe é uma continuidade estrutural entre presencial e virtual. A violência contemporânea não nasce em um único lugar. Ela se constrói na circulação entre redes e escola, entre violência vivida e reconhecimento buscado nas telas.

O caso de Monte Mor reforça exatamente isso, ou seja, que a violência que se materializa no espaço escolar é produzida na interseção entre experiências presenciais e virtuais. Entender essa indissociabilidade é fundamental para enfrentar o problema de forma menos simplista e mais responsável.

REFERÊNCIAS

Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, (5-6), 25-36.

Arendt, H. (1970). *On Violence*. Harcourt Brace & Company.

Barbosa, N. A. C. (2025). *Do ódio virtual à violência real: uma análise da relação entre o cyberbullying e os massacres escolares*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de São Carlos.

Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Zahar.

Bernardes, A. (2020). Haters, pós-verdade e fake news: Se entrelaçando em redes sociais. *Geograficidade*, 10, 203–215.https://doi.org/ 10.22409/geograficidade2020.100.a38165.

Bernardes, A. (2012). *Das perspectivas ontológicas à natureza do internauta: contribuição à epistemologia em Geografia*. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista.

Bernardes, A. (2021). Como pesquisar as redes sociais virtuais em Geografia? *Estudos Geográficos*, 2, 22–34. https://doi.org/ 10.5016/estgeo.v19i2.13979.

Bernardes, A., Aguiar, F., & Pacheco Júnior, N. C. (2023). A morte do Ciberespaço. In E. Marandola Jr., W. Holzer, & G. S. Batista (Orgs.). *Portais da Terra: contribuições dos estudos humanistas para a Geografia Contemporânea* (p. 550). EDUFPI.

Bourdieu, P. (2016). Distinction: a social criti9ue of the judgement of taste. In P. Bourdieu. *Social theory re-wired* (pp. 198-215). Routledge.

Bozza, T. C. L., & Vinha, T. P. (2023). Cyberbullying, cyber agressão e riscos on-line: Como a escola pode atuar diante dos problemas da (cyber) convivência. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 18, e023059. https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18362.

Carvalho, J. E. (2012). Os benefícios das atividades lúdicas para a prevenção do bullying no contexto escolar [Tese de Doutorado]. Universidade do Minho].

Castells, M. (2003). *A galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. Zahar.

Cavalcante, I. (2023, 4 de maio). *Ataques a escolas: Telegram contraria Dino e diz ter respondido a tempo*. UOL.

Cavalcanti, L. de S. (2013). Jovens escolares e a cidade: Concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. *Caderno Prudentino de Geografia*, (35), 74-86. https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2171

Cetic.br. (2024). *TIC Kids Online Brasil 2024: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil*. Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Dardel, E. (2011). *O homem e a terra: Natureza da realidade geográfica*. Perspectiva.

Dayrell, J., & Carrano, P. (2014). Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega à escola. In J. Dayrell, P. Carrano, & C. L. Maia (Orgs.). *Juventude e Ensino Médio: Sujeitos e currículos em diálogo*. UFMG.

De Santana, V. F., et al. (2009). Redes sociais online: Desafios e possibilidades para o contexto brasileiro. In *Anais do Seminário Integrado de Software e Hardware* (SEMISH) (pp. 339-353). SBC.

Feixa, C. (1999). De culturas, subculturas y estilos. In C. Feixa. *De jóvenes, bandas y tribus* (pp. 84-105). Ariel.

G1 Campinas e Região (2023, 13 de fevereiro). *O que se sabe sobre o atentado em escola de Monte Mor*. G1.

Heidegger, M. (2011). *Ser e tempo*. Vozes.

Kozinets, R. V. (2002). The field behind the screen: Using netnography for marketing research in online communities. *Journal of Marketing Research*, 39(1), 61-72. https://doi.org/10. 1509/jmkr.39.1.61.18.

Maia, A. A. (2025). *Bullying como hostilidade social: Olhares desde a experiência filosófica na escola* [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista.

Massey, D. (2008). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Bertrand Brasil.

Novaes, R. R. (2007). Políticas de juventude no Brasil: Continuidades e rupturas. In Ministério da Educação. *Juventude e contemporaneidade* (pp. 253-281). UNESCO; MEC; ANPEd.

Oliveira, V. H. N. (2021). *Os jovens de Porto Alegre: da escola para a cidade.* EDUCS.

Rodrigues, P. J. Q. (2012). O bullying em contexto escolar: A importância da disciplina de educação física [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Santaella, L. (2004). *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. Paulus.

Silva, V. H. (2024, 23 de outubro). *83% das crianças e adolescentes que usam internet no Brasil têm contas em redes sociais, diz pesquisa*. G1.

Tuan, Y.-F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.* DIFEL.

Vinha, T., & Garcia, C. (2023). Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: Causas e caminhos. D3e. https://d3e.com.br/ publicacoes/ataques-de-violencia-extrema/.

Wertheim, M. (2001). *Uma história do espaço: de Dante a Internet.* Jorge Zahar.